

## ***Uma política de imigração de referência***

O recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Humano (*“Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humano”*), de 2009, aponta Portugal como o país do Mundo que tem a melhor política de integração dos imigrantes. Feita a comparação internacional, com base nos pareceres técnicos de peritos de 42 países, o relatório apresenta Portugal como um exemplo de generosidade e boas práticas. Este é um facto que merece bem a atenção da sociedade portuguesa. Afinal, não é todos os dias que ficamos a saber que Portugal se tornou campeão do Mundo nalguma coisa.

O relatório da ONU não se limita a confirmar a avaliação positiva que é já frequente nos relatórios das instituições internacionais, com particular destaque para o MIPEX (*Índice de Políticas de Integração de Migrantes*), publicado em 2007 pelo prestigiado *Migration Policy Group*, que colocou Portugal em segundo lugar entre 28 Países desenvolvidos. Trata-se, agora, de um reconhecimento internacional de muito especial significado político, porque é feito pela ONU no exacto momento em que esta organização convoca as atenções do Mundo para os desafios e as orientações que devem nortear as políticas de imigração, tendo em vista o desenvolvimento humano à escala global. Que Portugal seja apontado, neste contexto, como uma referência exemplar é, naturalmente, um motivo de orgulho e satisfação para todos os que trabalham na política de imigração e, creio, para todos os portugueses e as próprias comunidades imigrantes.

Nos últimos anos, o Governo tomou as iniciativas necessárias para afirmar a política de integração dos imigrantes como um dos pilares da nova geração de políticas sociais, orientada para a coesão social e a igualdade de oportunidades. Como tenho dito, um País com a experiência de Portugal não pode desejar para os imigrantes que acolhe nada menos do que aquilo que exige para os seus emigrantes espalhados pelo Mundo.

Por isso, com alguma ousadia, mas também com sentido das responsabilidades, fizemos o que devíamos: aprovámos uma nova e mais justa lei da nacionalidade e uma nova e mais humanista lei de estrangeiros; adoptámos um plano para a integração dos imigrantes, com medidas concretas em todas as áreas; reforçámos o apoio aos imigrantes, através do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural e dos seus centros de atendimento; mais do que duplicámos a rede de centros locais de apoio aos imigrantes; lançámos a 4ª Geração do Programa Escolhas, com mais investimento e mais projectos apoiados; promovemos o sucesso escolar entre as crianças e jovens imigrantes; criámos o Programa Português para Todos,

demos novas oportunidades de formação profissional e desenvolvemos uma rede de apoio ao emprego; intensificámos a fiscalização para combater a exploração dos trabalhadores migrantes e o tráfico de seres humanos; assegurámos o acesso aos direitos sociais, incluindo ao abono de família e à saúde; quase triplicámos o apoio financeiro aos projectos das associações de imigrantes e valorizámos, ao longo do percurso, a sua participação. Tudo isto preservando sempre um ambiente de paz social e de receptividade da opinião pública à integração dos imigrantes, que contrasta flagrantemente com as fracturas sociais que este tema suscita por essa Europa fora.

Há mais a fazer? Certamente. Temos ainda, e porventura teremos sempre, muitos problemas para resolver. Nessa medida, este reconhecimento internacional deve ser visto, sobretudo, como um incentivo a fazer mais. E é essa, seguramente, a determinação do novo Governo, que acaba de iniciar funções.

Mas o mais importante significado deste relatório da ONU transcende em muito a circunstância portuguesa. Ao apontar a nossa política de integração dos imigrantes como uma referência exemplar, a ONU deixa também um importante recado político para o desenvolvimento das políticas de imigração em todo o Mundo e também na Europa. Uma política de imigração pode ser simultaneamente responsável e justa. Em causa, afinal, estão aqueles que tendem a atribuir ao insuficiente controlo das fronteiras certos problemas de integração de imigrantes que muitas vezes não são mais do que sintomas da insuficiência das suas políticas sociais. Neste debate difícil, que a crise económica mundial não favorece, a voz de Portugal tem sido sempre uma voz activa, traduzindo uma sensibilidade humanista e uma experiência reconhecida. É essa voz que fica agora mais reforçada.

***Pedro Silva Pereira***

***Ministro da Presidência***